

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 017 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025.

AUTOR: ANILTON SILVA DE MOURA

Ementa: Estabelece medidas de prevenção, controle e sanções relativas à comercialização e fornecimento de bebidas alcoólicas adulteradas ou contaminadas com metanol e outras substâncias nocivas à saúde, nos eventos realizados ou autorizados pelo Município de Nova Xavantina-MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece normas de **prevenção, fiscalização e responsabilização** para evitar a venda, o fornecimento ou a distribuição de bebidas alcoólicas adulteradas, falsificadas ou contaminadas com metanol e outras substâncias nocivas à saúde, durante **eventos realizados, apoiados ou autorizados pelo Município de Nova Xavantina-MT**.

Art. 2º Entende-se como **evento municipal**, para os fins desta Lei, toda atividade pública ou privada que:

I – Seja **organizada, apoiada, patrocinada ou autorizada** pelo Poder Público Municipal;

II – Envolver **venda ou distribuição de bebidas alcoólicas** ao público;

III – Ocorra em espaços públicos, praças, avenidas, ginásios, clubes ou áreas cedidas pelo Município.

CAPÍTULO II

DAS OBRIGAÇÕES DOS ORGANIZADORES E FORNECEDORES

Art. 3º Os responsáveis pela organização de eventos que se enquadrem nesta Lei deverão garantir que todas as bebidas comercializadas ou distribuídas sejam **adquiridas de fornecedores legalmente registrados e com regularidade fiscal comprovada**, mediante apresentação de:

I – Nota Fiscal válida de aquisição, contendo a identificação do fornecedor e o número de lote;

II – Comprovante de registro do fabricante junto aos órgãos competentes;

III – Declaração de procedência assinada pelo fornecedor, responsabilizando-se pela autenticidade e segurança do produto.

Art. 4º Os organizadores e fornecedores responderão **solidariamente** por eventuais danos à saúde pública ou ao consumidor, decorrentes da venda de bebidas adulteradas, falsificadas ou contaminadas durante o evento.

Art. 5º Compete aos organizadores:

I – Manter cópia da documentação prevista no art. 3º disponível durante o evento, para apresentação imediata à fiscalização;

II – Suspender a venda e isolar imediatamente qualquer produto suspeito de adulteração;

III – Comunicar o fato à **Vigilância Sanitária Municipal** e ao **PROCON, bem como as demais autoridades competentes**, quando houver suspeita de contaminação ou irregularidade;

IV – Garantir que os vendedores e prestadores de serviço estejam cientes das obrigações desta Lei.

CAPÍTULO III

DA FISCALIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

Art. 6º A fiscalização do cumprimento desta Lei caberá à **Vigilância Sanitária Municipal**, à **Secretaria Municipal de Saúde**, e ao **PROCON Municipal**, no âmbito de suas respectivas competências.

Art. 7º O descumprimento das obrigações previstas nesta Lei sujeitará o organizador e/ou fornecedor às seguintes **sanções administrativas, e todas as demais cabíveis em todas as cearas**, aplicáveis isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da infração e o histórico do infrator:

I – Advertência por escrito, com prazo para adequação;

II – Multa de 200 (duzentas) a 2.000 (duas mil) UPFs;

III – Suspensão do direito de realizar eventos municipais pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

IV – Cancelamento de autorização vigente e interdição imediata do ponto de venda;

V – Cassação do alvará de funcionamento, no caso de reincidência;

VI – Divulgação do nome do infrator em meios oficiais e informativos, com caráter educativo e de proteção ao consumidor.

Art. 8º A aplicação das sanções observará o **devido processo administrativo**, assegurados o contraditório e a ampla defesa, conforme as disposições constitucionais e legais pertinentes.

CAPÍTULO IV – DAS AÇÕES PREVENTIVAS E EDUCATIVAS

Art. 9º O Município, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e em parceria com os órgãos de fiscalização e defesa do consumidor, promoverá **campanhas educativas** sobre os riscos do consumo de bebidas adulteradas e a importância de verificar a procedência dos produtos comercializados em eventos.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, se necessário, no prazo de **90 (noventa) dias**, estabelecendo os procedimentos complementares de fiscalização, aplicação das sanções e valores atualizados das multas.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Adiel Antônio Ribeiro
Gabinete do Presidente da Câmara Municipal
Nova Xavantina-MT, 10 de novembro de 2025.

Anilton Silva de Moura
Vereador